

Prézos Acionistas. É com satisfação que apresentamos as demonstrações financeiras individuais do exercício de 31 de dezembro de 2018 e o relatório dos auditores independentes da Unimed Seguradora S.A. ("Companhia") e **O Mercado Segurador:** O segmento de pessoas coletivas em 2018 apresentou em prêmios de seguros um total de R\$ 28,5 bilhões, uma alta de 9,0% em comparação a 2017, segundo dados da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. A sinistralidade do segmento de seguros de pessoas coletivas em 2018 foi de 29,1%, uma pequena queda em relação a 2017 que foi de 30,0%. A despesa de comercialização do mercado de seguros de pessoas coletivas foi de 33,6% em 2018, uma pequena alta em relação a 2017 que foi de 32,9%. **Cenário Econômico:** O ano de 2018 fechou com indicadores econômicos dentro das expectativas do governo. O PIB teve alta de 1,3% no ano pouco abaixo das expectativas iniciais do governo. O ambiente político com a renovação dos governos, trouxe uma melhor expectativa ao futuro cenário político e econômico. O IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo fechou o ano em 3,75%, abaixo do teto estipulado pelo governo. O desemprego teve uma redução no final de 2018, atingindo 11,6% da população econômica ativa, com cerca de 12,2 milhões de brasileiros. A taxa de juros fechou o ano de 2018 em 6,42%. **Desempenho Econômico-Financeiro:** O segmento de pessoas da Companhia encerrou o ano de 2018 com R\$ 540,6 milhões em prêmios emitidos, um crescimento de 7,6% em relação a 2017. A Companhia fez fortes atuações na retenção de clientes, buscando a redução dos níveis de cancelamento e o sucesso o crescimento de sua carteira através de novas parcerias, em linha com a estratégia da empresa. Os negócios ocorridos totalizaram em 2018 R\$ 259,2 milhões (R\$ 228,4 milhões em 2017) e totalizaram de sinistralidade de 47,4% (44,8% em 2017). As rendas de contribuições e prêmios de previdência foram R\$ 133,5 milhões, um aumento de 16,5% em relação a 2017. As despesas administrativas totalizaram em 2018 R\$ 137,1 milhões (R\$ 117,9 milhões em 2017), um aumento de 16,3% em relação a 2017. A Companhia atua fortemente no controle de suas despesas administrativas, para garantir o retorno mínimo definido em orçamento e nas ações de planejamento estratégico da Companhia. Em 2018, a Companhia fez grandes desenvolvimentos em projetos estratégicos e estruturantes que acarretaram em

aumento de despesas. O resultado financeiro alcançou R\$ 14,6 milhões em 2018 (R\$ 20,2 milhões em 2017). A queda do resultado financeiro se deve a redução da taxa de juros e reflexo de marcação a mercado de títulos públicos. O lucro líquido da Companhia em 2018 foi de R\$ 146,3 milhões (R\$ 124,1 milhões em 2017), um aumento de 17,8%, já considerando o resultado por equivalência patrimonial de suas controladas e com o ROAE (Return on Equity) de 13,6%. Os ativos totalizaram em 2018 R\$ 2.389,7 milhões no primeiro semestre de 2018, o que representou um crescimento de 8,6% em relação a 2017. **Sustentabilidade:** A Companhia é a seguradora do Sistema Unimed, o maior sistema cooperativista do mundo. Criada por médicos, tendo o cooperativismo na essência, gera o valor social no cuidado das instituições e das pessoas, para que possam viver bem o presente e planejar o futuro com segurança. A Companhia entende a importância do contexto interno e externo em suas operações, seus compromissos de sustentabilidade são embasados num modelo de gestão orientado pelos princípios para sustentabilidade em seguros (PSI - Principles for sustainable insurance), direcionado pelos quatro princípios para sustentabilidade em seguros: (i) Negócios de negócios; (ii) clientes e parceiros comerciais; (iii) governo e órgãos reguladores; e (iv) relações e comunicação. Tais princípios são desdobrados, em projetos e ações que permeiam as realizações da Companhia. Além disso, visando expandir seu impacto positivo na sociedade, investe em ações sociais focadas em qualidade de vida, como incentivo ao esporte e à cultura, e na proteção dos recursos naturais por meio do uso consciente em suas operações. Essas iniciativas são incentivadas pela área de Sustentabilidade, definida como uma área de apoio, permeando toda a organização. É importante ressaltar que, mesmo não apresentando impactos ambientais significativos, a Companhia desenvolveu programas e campanhas socialmente comprometidas com o objetivo de incentivar a adoção de práticas mais sustentáveis com seu público interno e nas comunidades com as quais se relaciona, visando a proteção dos recursos naturais por meio do uso consciente em suas operações. **Projeto Recicla:** Criado em 2010 pela Companhia, o "Projeto Recicla" incentiva o descarte correto das cartinhas de seguro saúde vencidas, pois são desenvolvidas com material 100% reciclável. A ação consiste na instalação de máquinas "papa cartão", para que o usuário cote

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

o cartão, transformando esse resíduo em brindes reciclados, mais de 2,5 milhões de cartões foram reciclados. **Investimento Social:** As ações são coordenadas pela área de Sustentabilidade e contam com o apoio e a participação voluntária dos colaboradores de várias áreas da Companhia. O objetivo é atender comunidades por meio de ações voltadas à área de saúde e assistido idosos, moradores de rua, crianças, jovens e seus familiares em situação de vulnerabilidade social, bem como ações relacionadas às questões de comportamento, qualidade de vida e meio ambiente. Em 2018, aproximadamente 3.412 beneficiados entre adultos e crianças. **Site Sustentabilidade:** O relatório de sustentabilidade é o principal canal de divulgação dos avanços da Companhia relacionados a aspectos sociais, ambientais e de governança (ASG), além de fornecer informações econômicas da empresa. O relatório é elaborado segundo as orientações do GRI (Global Reporting Initiative). O método é utilizado desde 2010 e um dos pontos fortes é permitir a comparação de iniciativas de sustentabilidade entre empresas e, assim, reforçar a transparência. Acompanhando as tendências na prática de se reportar, desde 2014, a Companhia utiliza o modelo de relato GRI G4, e desde 2017 o modelo Essencial, disponível em www.sustentabilidade.segurosunimed.com.br. **Prêmios e Reconhecimentos:** Os rankings que avaliam o setor confirmam a solidez, a sustentabilidade e a confiança na marca Seguros Unimed, no último ano: A Companhia foi destaque no ranking **Finanças Mais 2018**, divulgado pelo jornal O Estado de S. Paulo. Ficamos na 9ª posição no ranking de vida e previdência. A Companhia aparece na 17ª posição no ranking da **Valor 1000**, no segmento de vida e previdência, com destaque para: 7ª lugar; para as companhias que mais cresceram em aplicações financeiras; 8º lugar; patrimônio líquido; e 9º lugar; lucro líquido. No ranking das **Maiors e Melhores (Revista Exame)** Companhia ocupa a 45ª posição em prêmios emitidos líquidos. No ranking **As Melhores da Dinheiro** da Revista Dinheiro, a Companhia ocupa o 2º lugar entre as melhores seguradoras na categoria de Vida e Previdência. Além disso, conseguiu outros prêmios: 1º lugar em governança corporativa; 3º lugar em sustentabilidade financeira; e 5º lugar em inovação e qualidade. No ranking da **Época Negócios 360º** da Revista Época, a Companhia está entre as cinco melhores seguradoras do país, sendo a melhor entre as

BALANÇOS PATRIMONIAIS Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

	2018	2017
Ativo Circulante	1.409.057	1.125.340
Disponível	11.219	9.939
Caixa e bancos	11.219	9.939
Aplicações	5.133.070	1.061.963
Créditos das operações com seguros e resseguros	6.27.41	22.809
Prêmios a receber	7	23.634
Operações com seguradoras	6	1.525
Operações com resseguradoras	6	2.582
Créditos das operações com previdência complementar	1.951	1.521
Valores a receber	1.951	1.521
Outros créditos operacionais	70	114
Ativos de resseguro	8	2.395
Títulos e créditos a receber	33.421	26.179
Títulos e créditos a receber	14	19.792
Créditos tributários e previdenciários	9	11.920
Outros créditos	10	6.709
Outros valores e bens	215	227
Outros valores	215	227
Despesas antecipadas	194	495
Custos de aquisição diferidos	1.123	1.209
Seguros	1	1.123
Previdência	18	14
Ativo não circulante	1.213.372	1.075.697
Realizável a longo prazo	350.862	364.432
Aplicações	5.243.479	2.674.648
Ativos de resseguro	8	712
Títulos e créditos a receber	106.358	92.304
Créditos tributários e previdenciários	9	34.029
Depósitos judiciais e fiscais	204	72.329
Emprestimos e depósitos compulsórios	4	4
Custos de aquisição diferidos	11	309
Seguros	11	309
Investimentos	828.451	674.824
Participações societárias	12	828.188
Imóveis destinados a renda	250	250
Outros investimentos	13	7
Imobilizado	26.459	25.447
Imóveis de uso próprio	20.846	21.516
Bens móveis	5.551	3.835
Outros imobilizações	6	96
Intangível	7.965	10.994
Outros intangíveis	7.965	10.994
Total do ativo	2.622.794	2.201.037

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

	Capital social	Aumento de capital (em aprovação)	Ações em tesouraria	Reservas de lucros	Reserva legal	Reserva de investimentos	Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	429.759	40.000	(1)	873	36.241	338.067	(4.171)	840.768	840.768
Integração de aumento de capital conforme Portaria SUSEP 299 de 30/03/2017	40.000	(40.000)	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital em aprovação conforme Ata de 20/12/2017	-	49.955	-	1	-	-	-	49.956	(9.095)
Transação com sócios na aquisição de investimentos (nota 11)	-	-	-	-	(9.095)	-	-	-	-
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	-	4.806	-	4.806
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	124.144	124.144
Proposta para distribuição do resultado:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	6.207	-	-	(6.207)	-	-
Reserva de investimento e capital de giro	-	-	-	-	-	95.937	(95.937)	-	-
Juros sobre capital próprio - AGE 17/11/2017	-	-	-	-	-	-	(22.000)	-	(22.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	469.759	49.955	(1)	874	42.448	424.909	635	988.579	988.579
Integração de aumento de capital conforme Portaria SUSEP 949 de 11/04/2018	49.955	(49.955)	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital em aprovação conforme Ata nº 09/2018 - 19/12/2018	-	50.000	-	-	-	-	-	50.000	-
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	-	1.172	-	1.172
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	146.296	146.296
Proposta para distribuição do resultado:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	7.315	-	-	(7.315)	-	-
Reserva de investimento e capital de giro	-	-	-	-	113.981	-	(113.981)	-	-
Juros sobre capital próprio - AGE 14/11/2018	-	-	-	-	-	-	(25.000)	-	(25.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	519.714	50.000	(1)	874	49.763	538.890	1.807	1.161.047	1.161.047

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS (Em milhares de reais)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Unimed Seguradora S.A. (doravante denominada "Companhia") é uma entidade domiciliada no Brasil, situada na Alameda Ministro Rocha Azevedo, nº 366 - São Paulo. A Companhia iniciou suas operações em 1990 e oferece produtos nos campos de saúde de vida em grupo, acidentes pessoais, planos de benefícios de previdência privada aberta, Planos Gerados-fis, Benefícios Livres (PGBL) e seguro de Vida Gerador de Benefícios Livres (VGBL) para clientes pessoas físicas, jurídicas e entidades governamentais em todo território nacional. A Unimed Participações S.A. é controladora da Unimed Seguradora S.A., com participação de 82,86424% no capital social em 31 de dezembro de 2018. A Unimed Participações S.A. faz parte do Sistema Cooperativo Unimed, que é formado pelas cooperativas médicas que atuam sob a denominação Unimed, suas federações, confederação nacional e empresas associadas, cujos acionistas estão diluídos em 225 cotistas em 31 de dezembro de 2018. A Companhia atua de forma integrada com esse conjunto de organizações e mantém com elas parcerias substanciais de suas operações. A Companhia compartilha com suas controladas, certos componentes da estrutura organizacional e administrativa, sendo o custo correspondente atribuído a cada uma das empresas segundo critérios estabelecidos pela Administração.

2 ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

a. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015 e alterações posteriores, e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendados pela SUSEP e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP). Estas demonstrações financeiras individuais foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 20 de fevereiro de 2019. **b. Controlados relevantes:** A Unimed Seguradora S.A. é controladora do Grupo Seguros Unimed, composto pelas empresas:

Controladas relevantes	2018	2017
Unimed Seguros Patrimoniais S.A.	99,99%	99,99%
Unimed Saúde Saúde S.A.	99,99%	99,99%
Unimed Saúde e Odontol S.A. (*)	19,40%	48,50%
InvestCoop Asset Management Ltda.	99,00%	-

(*) A Unimed Saúde e Odontol é controlada direta da Unimed Seguros Saúde S.A. e controlada indireta da Unimed Seguradora S.A.

c. Base para preparação: Na elaboração das presentes demonstrações financeiras individuais foi observado o modelo de publicação contido na Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores, sendo apresentadas segundo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. **d. Continuidade:** A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a suas operações no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia continuar operando, portanto as demonstrações financeiras individuais foram preparadas com base nesse princípio. **e. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos seguintes itens no balanço patrimonial: • Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; • Ativos financeiros disponíveis para venda; e • Provisões técnicas mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP e CNSP. **f. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras individuais estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **g. Utilização de estimativas e julgamento:** A preparação de demonstrações financeiras individuais de acordo com as normas referenciadas pela SUSEP e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração registre determinados valores de ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativa, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e pressupostos quanto a eventos futuros. Os valores reais de liquidação das operações podem divergir dessas estimativas em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação. Estimativas e pressupostos são revisados periodicamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As Notas Explicativas n.º 3 - Classificação dos contratos de seguro e de investimentos, 5 - Aplicações, 9 - Créditos tributários e previdenciários, 10 - Custos de aquisição diferidos, 17 - Provisões técnicas de seguros e previdência complementar e 18 - Provisões judiciais incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas; que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais; (ii) informações sobre incertezas, sobre pressupostos e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material do próximo período contábil. **h. Segregação entre circulante e não circulante:** A Companhia efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante quando estes atendem às seguintes premissas: Espera-se que seja realizado ou liquidado, ou pretenda-se que seja vendido ou consumido no decorso normal do ciclo operacional (12 meses) da Companhia. A classificação dos passivos entre circulante e não circulante segue as seguintes critérios: • A provisão de benefícios a conceder segue a expectativa de fluxo de resgates e conversão de recursos em renda. • A provisão de benefícios concedidos segue a expectativa de pagamento de benefícios aos assistidos. • As demais provisões visam a cobrir compromissos de curto prazo, ou seja, até 1 ano. **i. Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia:** Novas normas ou alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados em e após 1º de janeiro de 2018 quando referendadas pela SUSEP Entre aquelas que podem ser relevantes para a Companhia, encontram-se: (i) **CPC 48 - Instrumentos Financeiros:** O CPC 48 (R1) - Instrumentos Financeiros introduziu um novo requerimento para a classificação e mensuração de ativos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros; e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS39 (CPC 38). O CPC 48 será aplicado quando valor justo por meio do resultado de Seguros Privados (SUSEP). (ii) **CPC 6 (R2) - Operações com arrendamento mercantil:** A IFRS 16 introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial das companhias arrendatárias, reconhecendo um ativo de direito de uso, que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado, e um passivo de arrendamento, que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) - Operações de Arrendamento Mercantil e o CPC 03 (IFRIC 4 e SIC 27) - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma é efetiva a partir de 1º de janeiro de 2019. Os estudos relacionados ao IFRS 16, inicialmente elaborados pela Companhia não indicaram impactos significativos. O CPC 6 (R2) será aplicado quando referendado pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). (iii) **IFRS 17 - Contratos de Seguros:** A IFRS 17 - Contratos de Seguros, divulgada em 2017, veio para substituir a IFRS 4 apresentada em 2004 como norma interna. A IFRS 17 é mais abrangente e contempla o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação. A norma combina uma mensuração do balanço patrimonial dos passivos de contratos de seguro com o reconhecimento do lucro pelo período em que ocorrer a vigência do contrato. Mudanças nas estimativas de fluxo de caixa futuro também deverão ser reconhecidas durante o período de vigência do contrato. O IFRS 17 será aplicado quando referendado pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

3 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras individuais estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados. **a. Caixa e equivalentes de caixa:** Representam numerário disponível em caixa e em contas bancárias. Esses ativos apresentam risco insignificante de mudança do valor justo e são monitorados pela Companhia para o

gerenciamento de seus compromissos no curto prazo. **b. Ativos financeiros:** A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (i) ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, (ii) ativos financeiros mantidos até o vencimento, (iii) ativos financeiros disponíveis para venda, (iv) determinação do valor justo e (v) empréstimos e recebíveis. A classificação entre as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pelo qual o ativo foi adquirido. (i) **Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo devido a efeitos reconhecidas no resultado do período. (ii) **Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. (iii) **Ativos financeiros disponíveis para venda:** Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos não derivativos que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são mensurados pelo valor justo, e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas nos resultados abrangentes e registradas no patrimônio líquido pelo valor líquido dos respectivos efeitos tributários sobre os ganhos (perdas) não realizados. Quando um investimento é realizado, o saldo acumulado e os juros são transferidos para o resultado. (iv) **Determinação do valor justo:** O valor das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das cotações divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seu valor justo obtido a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). Para os títulos de renda fixa privados denominados debêntures são utilizadas as cotações diárias fornecidas pela ANBIMA. Para as debêntures sem cotação na ANBIMA, utiliza-se a metodologia própria do custodiante, que pode utilizar o spread médio calculado a partir dos preços médios das operações realizadas e registradas no Sistema Nacional de Debêntures. Os títulos de renda variável tiveram seu valor justo obtido a partir da última cotação publicada pela B3 - Brasil, Bolsa, Balcão. Os ativos financeiros classificados como quotas de Fundos de Investimento em Participações (FIP) são precificados de acordo com o manual de marcação a mercado e a outra parte do caixa de acordo com o valor da cota determinado pelo seu custodiante. A Avaliação desse ativo (FIP) é realizada trimestralmente pelo administrador do Fundo, que não é, e o Banco Votavant Empreendimentos e Participações S.A. (BVEP), e é baseada no conceito de valor justo de mercado, que corresponde ao preço proposto de se obter em uma negociação de mercado. Na metodologia de avaliação, foi adotado o Income Approach (Método da Lucratividade), baseado no enfoque do Fluxo de Caixa Futuro Descontado a Valor Presente. As aplicações financeiras são classificadas, registradas e negociadas na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão, Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELEUC), Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP) e na Central Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC). (v) **Empréstimos e recebíveis:** São ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis, que não são cotados em mercados ativos. Esses ativos são deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável e compreendem, substancialmente, "Prêmios a receber". **c. Instrumentos financeiros derivativos:** Todos os instrumentos financeiros derivativos detidos pela Companhia foram designados na categoria "Ativos não reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado". **d. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que uma perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva é que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pois incluído o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrou em processo de falência ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. As perdas de valor (redução ao valor recuperável) dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida no patrimônio líquido para o resultado. As perdas dos demais ativos não reconhecidos no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente, quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. A Companhia reconhece uma provisão para redução ao valor recuperável sobre prêmios a receber com base em estudo e acompanhamento mensal de inadimplência histórica, e a mensura considerando a totalidade dos prêmios a receber vencidos acima de 30 dias. Para as operações a recuperar com resseguradoras, a Companhia reconhece uma redução ao valor recuperável para os valores vencidos há mais de 180 dias, de acordo com a Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores. **e. Investimentos: (i) Propriedade para investimentos (Imóveis destinados a renda):** São registrados nessas rubricas os ativos imobiliários (prédios e terrenos), que não são classificados como propriedades de uso próprio e que são alugados para terceiros para auferir renda. Os imóveis classificados como propriedades para investimento são avaliados ao custo de aquisição. As receitas oriundas de propriedade para investimento são reconhecidas no resultado do período, segundo o método linear, e proporcionalmente ao longo do período do aluguel. (ii) **Participações societárias:** Os investimentos referem-se a participações em controladas e coligadas e são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. **f. Ativo imobilizado:** O ativo imobilizado de uso próprio compreende imóveis de uso próprio, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios, veículos utilizados na condução dos negócios da Companhia, sendo demonstrado pelo custo histórico menos a depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear, considerando a vida útil econômica estimada de cada parte de um bem do imobilizado, sendo depreciados conforme apresentado a seguir: • Bens móveis: 5 a 10 anos; • Imóveis em uso: 50 anos; • Outros: 5 a 10 anos. **g. Ativos Intangíveis:** Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando é possível demonstrar a intenção e capacidade de concluir o desenvolvimento e que os benefícios econômicos futuros serão gerados. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com terceiros e equities internas alocados no desenvolvimento de software. Outros gastos com desenvolvimento que não atendam a esses critérios não são reconhecidos como despesa, conforme incorporem. As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-las e fazer com que elas estejam prontas para ser utilizadas. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada. A Companhia revisou a vida útil estimada de seus ativos intangíveis e os prazos não sofreram alterações. Os ativos intangíveis são amortizados pela vida útil estimada, que é de, aproximadamente, cinco anos, a partir da data em que o sistema entre em operação e o desaparecimento de um mercado ativo para o título. As perdas de valor (redução ao valor recuperável) dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida no patrimônio líquido para o resultado. As perdas dos demais ativos não reconhecidos no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente, quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. A Companhia reconhece uma provisão para redução ao valor recuperável sobre prêmios a receber com base em estudo e acompanhamento mensal de inadimplência histórica, e a mensura considerando a totalidade dos prêmios a receber vencidos acima de 30 dias. Para as operações a recuperar com resseguradoras, a Companhia reconhece uma redução ao valor recuperável para os valores vencidos há mais de 180 dias, de acordo com a Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores. **e. Investimentos: (i) Propriedade para investimentos (Imóveis destinados a renda):** São registrados nessas rubricas os ativos imobiliários (prédios e terrenos), que não são classificados como propriedades de uso próprio e que são alugados para terceiros para auferir renda. Os imóveis classificados como propriedades para investimento são avaliados ao custo de aquisição. As receitas oriundas de propriedade para investimento são reconhecidas no resultado do período, segundo o método linear, e proporcionalmente ao longo do período do aluguel. (ii) **Participações societárias:** Os investimentos referem-se a participações em controladas e coligadas e são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. **f. Ativo imobilizado:** O ativo imobilizado de uso próprio compreende imóveis de uso próprio, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios, veículos utilizados na condução dos negócios da Companhia, sendo demonstrado pelo custo histórico menos a depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear, considerando a vida útil econômica estimada de cada parte de um bem do imobilizado, sendo depreciados conforme apresentado a seguir: • Bens móveis: 5 a 10 anos; • Imóveis em uso: 50 anos; • Outros: 5 a 10 anos. **g. Ativos Intangíveis:** Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando é possível demonstrar a intenção e capacidade de concluir o desenvolvimento e que os benefícios econômicos futuros serão gerados. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com terceiros e equities internas alocados no desenvolvimento de software. Outros gastos com desenvolvimento que não atendam a esses critérios não são reconhecidos como despesa, conforme incorporem. As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-las e fazer com que elas estejam prontas para ser utilizadas. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada. A Companhia revisou a vida útil estimada de seus ativos intangíveis e os prazos não sofreram alterações. Os ativos intangíveis são amortizados pela vida útil estimada, que é de, aproximadamente, cinco anos, a partir da data em que o sistema entre em operação e o desaparecimento de um mercado ativo para o título. As perdas de valor (redução ao valor recuperável) dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida no patrimônio líquido para o resultado. As perdas dos demais ativos não reconhecidos no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente, quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. A Companhia reconhece uma provisão para redução ao valor recuperável sobre prêmios a receber com base em estudo e acompanhamento mensal de inadimplência histórica, e a mensura considerando a totalidade dos prêmios a receber vencidos acima de 30 dias. Para as operações a recuperar com resseguradoras, a Companhia reconhece uma redução ao valor recuperável para os valores vencidos há mais de 180 dias, de acordo com a Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores. **e. Investimentos: (i) Propriedade para investimentos (Imóveis destinados a renda):** São registrados nessas rubricas os ativos imobiliários (prédios e terrenos), que não são classificados como propriedades de uso próprio e que são alugados para terceiros para auferir renda. Os imóveis classificados como propriedades para investimento são avaliados ao custo de aquisição. As receitas oriundas de propriedade para investimento são reconhecidas no resultado do período, segundo o método linear, e proporcionalmente ao longo do período do aluguel. (ii) **Participações societárias:** Os investimentos referem-se a participações em controladas e coligadas e são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. **f. Ativo imobilizado:** O ativo imobilizado de uso próprio compreende imóveis de uso próprio, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios, veículos utilizados na condução dos negócios da Companhia, sendo demonstrado pelo custo histórico menos a depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear, considerando a vida útil econômica estimada de cada parte de um bem do imobilizado, sendo depreciados conforme apresentado a seguir: • Bens móveis: 5 a 10 anos; • Imóveis em uso: 50 anos; • Outros: 5 a 10 anos. **g. Ativos Intangíveis:** Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando é possível demonstrar a intenção e capacidade de concluir o desenvolvimento e que os benefícios econômicos futuros serão gerados. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com terceiros e equities internas alocados no desenvolvimento de software. Outros gastos com desenvolvimento que não atendam a esses critérios não são reconhecidos como despesa, conforme incorporem. As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-las e fazer com que elas estejam prontas para ser utilizadas. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada. A Companhia revisou a vida útil estimada de seus ativos intangíveis e os prazos não sofreram alterações. Os ativos intangíveis são amortizados pela vida útil estimada, que é de, aproximadamente, cinco anos, a partir da data em que o sistema entre em operação e o desaparecimento de um mercado ativo para o título. As perdas de valor (redução ao valor recuperável) dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida no patrimônio líquido para o resultado. As perdas dos demais ativos não reconhecidos no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente, quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. A Companhia reconhece uma provisão para redução ao valor recuperável sobre prêmios a receber com base em estudo e acompanhamento mensal de inadimplência histórica, e a mensura considerando a totalidade dos prêmios a receber vencidos acima de 30 dias. Para as operações a recuperar com resseguradoras, a Companhia reconhece uma redução ao valor recuperável para os valores vencidos há mais de 180 dias, de acordo com a Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores. **e. Investimentos: (i) Propriedade para investimentos**

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS
(Em milhares de reais)

→ continuação

Sinistros brutos de resseguro

	Até 2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
No ano do aviso	420.871	112.300	124.557	149.218	155.401	169.282	188.804	210.517	210.308	243.808	243.808
1 ano após o aviso	422.275	113.427	125.631	152.736	156.276	176.686	198.089	216.979	215.196	-	215.196
2 anos após o aviso	424.549	114.487	127.427	153.369	158.095	179.251	199.603	218.581	-	-	218.581
3 anos após o aviso	428.397	115.432	128.141	154.747	160.075	180.341	200.446	-	-	-	200.446
4 anos após o aviso	431.449	115.879	129.105	156.333	159.906	181.053	-	-	-	-	181.053
5 anos após o aviso	431.245	116.150	127.916	156.737	161.022	-	-	-	-	-	161.022
6 anos após o aviso	433.381	116.906	128.693	156.759	-	-	-	-	-	-	156.759
7 anos após o aviso	435.942	116.867	130.667	-	-	-	-	-	-	-	130.667
8 anos após o aviso	433.176	117.234	-	-	-	-	-	-	-	-	117.234
9 anos após o aviso	432.962	-	-	-	-	-	-	-	-	-	432.962
Estimativa dos sinistros na data-base de 31/12/2018	432.962	117.234	130.667	156.759	161.022	181.053	200.446	218.581	215.196	243.808	2.057.728
Diferença entre as estimativas inicial e final	(12.091)	(4.934)	(6.110)	(7.541)	(5.621)	(11.717)	(11.642)	(8.064)	(4.888)	-	(72.662)
Pagamentos de sinistros efetuados	427.248	116.504	128.442	155.735	159.589	178.936	197.443	214.814	212.561	203.618	1.994.890
Sinistros pendentes	5.714	730	2.225	1.024	1.433	2.117	3.003	3.767	2.635	40.190	62.838
IBNR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	41.794
IBNER	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9.249

Sinistros líquidos de resseguro

	Até 2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
No ano do aviso	420.871	112.300	124.557	149.218	155.401	167.868	187.704	210.247	210.308	236.955	236.955
1 ano após o aviso	422.275	113.427	125.631	152.736	156.276	175.241	196.556	217.908	215.302	-	215.302
2 anos após o aviso	424.549	114.487	127.427	153.369	158.095	177.806	198.059	219.381	-	-	219.381
3 anos após o aviso	428.397	115.432	128.141	154.747	160.075	178.896	198.970	-	-	-	198.970
4 anos após o aviso	431.449	115.879	129.105	156.333	159.906	179.614	-	-	-	-	179.614
5 anos após o aviso	431.245	116.150	127.916	156.737	161.022	-	-	-	-	-	161.022
6 anos após o aviso	433.381	116.906	128.693	156.759	-	-	-	-	-	-	156.759
7 anos após o aviso	435.942	116.867	130.667	-	-	-	-	-	-	-	130.667
8 anos após o aviso	433.176	117.234	-	-	-	-	-	-	-	-	117.234
9 anos após o aviso	432.962	-	-	-	-	-	-	-	-	-	432.962
Estimativa dos sinistros na data-base de 31/12/2018	432.962	117.234	130.667	156.759	161.022	179.614	198.970	219.381	215.302	236.955	2.048.866
Diferença entre as estimativas inicial e final	(12.091)	(4.934)	(6.110)	(7.541)	(5.621)	(11.746)	(11.266)	(9.134)	(4.994)	-	(73.437)
Pagamentos de sinistros efetuados	427.248	116.504	128.442	155.735	159.589	177.497	196.274	215.858	212.739	198.100	1.987.986
Sinistros pendentes	5.714	730	2.225	1.024	1.433	2.117	2.696	3.523	2.563	38.855	60.880
IBNR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	40.931
IBNER	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9.249

Gerenciamento de riscos por linhas de negócio: O monitoramento da carteira de contratos de seguros

permite o acompanhamento e a adequação das tarifas praticadas, bem como a avaliação da eventual necessidade de alterações nos produtos. Seguros de vida, renda de eventos aleatórios e previdência: Os riscos associados a esses seguros incluem, entre outros: • Risco biométrico, que inclui experiência de mortalidade, morbidade, longevidade e invalidez; • Risco de baixa persistência; • Risco de despesas de administração não suportadas pelo produto. • Risco devido a movimentações nos mercados financeiros, retornos de investimentos e risco de taxa de juros. • Risco de severidade e frequência de sinistros. Os riscos apresentados são gerenciados como exposto a seguir: • Os riscos de mortalidade e morbidade são atenuados mediante a cessão de resseguro, bem como do reenquadramento etário, previsto nos contratos; adicionalmente, a mortalidade é verificada no cálculo do TAP quando testado o impacto da tábuca contratada no plano com a tábuca de mortalidade realista vigente. • O risco de longevidade é monitorado em relação aos mais recentes dados e às tendências do ambiente no qual a Companhia opera. A Administração monitora a exposição a este risco e efetua as devidas provisões e alterações técnicas necessárias para minimizar os futuros impactos. • O risco de não persistência é gerenciado através de monitoramento frequente e da implementação de diretrizes específicas para melhorar a retenção das aplicações. • O risco de um elevado nível de despesas é gerenciado pelo monitoramento frequente das despesas. • **Risco de mercado:** Possibilidade de perda ocasionada por um movimento adverso nos valores dos ativos e passivos, causada por mudanças nas taxas de juros e em outros indicadores, individualmente ou em conjunto e se subdivida da seguinte maneira: Risco de oscilação de preços: Possibilidade de perda no valor da carteira em função de mudanças adversas nos preços, taxas de juros, taxas de câmbio, índices e derivativos. (i) **Gerenciamento do risco de mercado:** As seguintes técnicas são utilizadas para controlar e mitigar o risco de mercado: • Investimento em instrumentos derivativos, cujo objetivo é proteger a carteira contra o risco de flutuação nas taxas de juros quando se tratar de FGBL/VGBL. • Utilização de um conjunto de métricas mais adequado para cada carteira, fundo ou portfólio. Para acompanhamento do risco de mercado, seguimos o modelo de Value-at-Risk (VaR). A política de aplicações financeiras tem como objetivo limitar o risco associado a manutenção de exposições em renda fixa (risco não sistemático), e requisitos de diversificação e outras práticas de gestão de risco são adotadas, por exemplo: limite máximo de exposição relativa em títulos privados e diversificação por faixa de risco de crédito. (ii) **Risco de taxa de juros:** O risco de taxa de juros é uma perda resultante de mudanças da taxa de juros, inclusive mudanças em aspecto das curvas de rendimentos. As exposições da Companhia ao risco da taxa de juros incluem, entre outras, o risco de taxa de juros para contratos de seguros e obrigações para contratos de investimentos (títulos privados e públicos constantes na carteira de investimentos). (iii) **Resultados do teste de sensibilidade:** Na presente análise de sensibilidade são considerados os seguintes fatores de riscos: taxa de juros e cupons de títulos indexados a índices de inflação (IGP-M e IPCA). Para os ativos financeiros classificados na categoria "Ativos mantidos até o vencimento", as oscilações de taxas de juros no mercado não têm nenhum efeito sobre o valor contábil dos títulos, uma vez que estes são cotados unicamente pelos seus prazos. No caso dos ativos financeiros classificados na categoria "Ativos disponíveis para venda", o impacto na oscilação das taxas de juros de mercado está diretamente relacionado à duração dos títulos. Com base nessas premissas, o teste de sensibilidade apresenta, para os títulos preferidos e atrelados à inflação (IPCA e IGP-M), classificados na categoria "Ativos disponíveis para venda", qual seria o impacto contábil e financeiro imediato caso as curvas de juros usadas na precificação desses títulos apresentassem uma oscilação de 1 (um) ponto percentual para mais ou para menos (de acordo com a duração de cada papel). O teste de sensibilidade oferece uma medida, portanto, do risco de mercado atrelado aos ativos financeiros "Disponíveis para venda" e "Valor justo por meio do resultado" integrantes da carteira de investimentos da Companhia. No caso dos títulos atrelados a juros pós-fixados (CDI e SELIC), o teste de sensibilidade considerou qual seria o impacto contábil, num horizonte de 12 meses, decorrente do aumento ou redução de um ponto percentual na taxa de juros projetada para esse horizonte de tempo. Dessa forma, para os ativos pós-fixados, considerou-se o impacto que variações nas taxas de juros correntes teriam na rentabilidade da carteira ao longo dos próximos 12 meses. Por fim, para a parcela da carteira investida em renda variável, considerou-se qual seria o impacto imediato de uma oscilação de dez pontos percentuais, para mais ou para menos, no preço das ações integrantes da carteira da Companhia.

	Até 2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
No ano do aviso	420.871	112.300	124.557	149.218	155.401	167.868	187.704	210.247	210.308	236.955	236.955
1 ano após o aviso	422.275	113.427	125.631	152.736	156.276	175.241	196.556	217.908	215.302	-	215.302
2 anos após o aviso	424.549	114.487	127.427	153.369	158.095	177.806	198.059	219.381	-	-	219.381
3 anos após o aviso	428.397	115.432	128.141	154.747	160.075	178.896	198.970	-	-	-	198.970
4 anos após o aviso	431.449	115.879	129.105	156.333	159.906	179.614	-	-	-	-	179.614
5 anos após o aviso	431.245	116.150	127.916	156.737	161.022	-	-	-	-	-	161.022
6 anos após o aviso	433.381	116.906	128.693	156.759	-	-	-	-	-	-	156.759
7 anos após o aviso	435.942	116.867	130.667	-	-	-	-	-	-	-	130.667
8 anos após o aviso	433.176	117.234	-	-	-	-	-	-	-	-	117.234
9 anos após o aviso	432.962	-	-	-	-	-	-	-	-	-	432.962
Estimativa dos sinistros na data-base de 31/12/2018	432.962	117.234	130.667	156.759	161.022	179.614	198.970	219.381	215.302	236.955	2.048.866
Diferença entre as estimativas inicial e final	(12.091)	(4.934)	(6.110)	(7.541)	(5.621)	(11.746)	(11.266)	(9.134)	(4.994)	-	(73.437)
Pagamentos de sinistros efetuados	427.248	116.504	128.442	155.735	159.589	177.497	196.274	215.858	212.739	198.100	1.987.986
Sinistros pendentes	5.714	730	2.225	1.024	1.433	2.117	2.696	3.523	2.563	38.855	60.880
IBNR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	40.931
IBNER	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9.249

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

	Até 2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
No ano do aviso	420.871	112.300	124.557	149.218	155.401	167.868	187.704	210.247	210.308	236.955	236.955
1 ano após o aviso	422.275	113.427	125.631	152.736	156.276	175.241	196.556	217.908	215.302	-	215.302
2 anos após o aviso	424.549	114.487	127.427	153.369	158.095	177.806	198.059	219.381	-	-	219.381
3 anos após o aviso	428.397	115.432	128.141	154.747	160.075	178.896	198.970	-	-	-	198.970
4 anos após o aviso	431.449	115.879	129.105	156.333	159.906	179.614	-	-	-	-	179.614
5 anos após o aviso	431.245	116.150	127.916	156.737	161.022	-	-	-	-	-	161.022
6 anos após o aviso	433.381	116.906	128.693	156.759	-	-	-	-	-	-	156.759
7 anos após o aviso	435.942	116.867	130.667	-	-	-	-	-	-	-	130.667
8 anos após o aviso	433.176	117.234	-	-	-	-	-	-	-	-	117.234
9 anos após o aviso	432.962	-	-	-	-	-	-	-	-	-	432.962
Estimativa dos sinistros na data-base de 31/12/2018	432.962	117.234	130.667	156.759	161.022	179.614	198.970	219.381	215.302	236.955	2.048.866
Diferença entre as estimativas inicial e final	(12.091)	(4.934)	(6.110)	(7.541)	(5.621)	(11.746)	(11.266)	(9.134)	(4.994)	-	(73.437)
Pagamentos de sinistros efetuados	427.248	116.504	128.442	155.735	159.589	177.497	196.274	215.858	212.739	198.100	1.987.986
Sinistros pendentes	5.714	730	2.225	1.024	1.433	2.117	2.696	3.523	2.563	38.855	60.880
IBNR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	40.931
IBNER	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9.249

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

	Até 2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
No ano do aviso	420.871	112.300	124.557	149.218	155.401	167.868	187.704	210.247	210.308	236.955	236.955
1 ano após o aviso	422.275	113.427	125.631	152.736	156.276	175.241	196.556	217.908	215.302	-	215.302
2 anos após o aviso	424.549	114.487	127.427	153.369	158.095	177.806	198.059	219.381	-	-	219.381
3 anos após o aviso	428.397	115.432	128.141	154.747	160.075	178.896	198.970	-	-	-	198.970
4 anos após o aviso	431.449	115.879	129.105	156.333	159.906	179.614	-	-	-	-	

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS
(Em milhares de reais)

continuação

12 INVESTIMENTOS

	Unimed Seguros Saúde S.A.		Unimed Seguros Patrimoniais S.A.		Unimed Saúde e Odonto S.A.		InvestCoop Asset Management Ltda.		Portal Unimed Ltda.		Total	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Informações sobre o investimento:												
Participação %	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	19,40%	48,50%	99,00%	-	-	-	-	-
Quantidade de ações	38.823.797	38.823.797	101.457.665	39.729.270	19.400.000	19.400.000	1.980.000	-	-	-	-	-
Provisões judiciais	92.782	83.703	498	92	1.873	765	-	-	-	-	-	-
Ativo	1.350.252	1.162.853	135.555	62.420	71.912	30.864	2.027.075	-	-	-	-	-
Passivo	618.999	530.240	51.810	30.254	14.286	10.745	67.252	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido	731.253	632.613	83.745	32.166	57.626	20.119	1.959.823	-	-	-	-	-
Resultado do exercício	108.435	77.774	1.662	1.040	7.471	1.904	(40.177)	-	-	-	-	-
Total de receitas	2.511.773	2.312.638	49.820	32.589	77.382	67.368	24.669	-	-	-	-	-
Total de despesas	(2.403.338)	(2.234.864)	(48.159)	(31.549)	(69.911)	(65.464)	(64.845)	-	-	-	-	-
Investimento no início do exercício	632.613	559.672	32.164	31.080	9.758	-	-	30	32	674.535	590.752	-
Aquisição de investimento	-	-	50.000	-	-	18.495	1.980	-	-	51.980	18.495	-
Agio na aquisição de investimento	-	-	-	-	-	(9.095)	-	-	-	-	(9.095)	-
Dividendos	(10.301)	(7.389)	-	-	-	-	-	-	(10.301)	(7.388)	-	-
Ajuste com títulos e valores mobiliários em controlada	507	2.556	(81)	44	(253)	-	-	-	-	173	2.600	-
Resultado equivalência patrimonial	108.435	77.774	1.662	1.040	1.674	358	-	-	-	111.771	79.172	-
Saldos dos investimentos ao final do exercício	731.254	632.613	83.745	32.164	11.179	9.758	1.980	-	-	828.158	674.535	-
Outros investimentos	-	-	-	-	-	-	-	30	32	30	32	-
Total	731.254	632.613	83.745	32.164	11.179	9.758	1.980	30	32	828.188	674.567	-

13 IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

a. Movimentação do imobilizado:

	Movimentação						2018				
	2017	Aquisições	Baixas	Depreciação	Outros/transferências	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais de depreciação (%)	2018	
										2018	2017
Imóveis	21.516	-	-	(670)	-	20.846	25.658	(4.812)	20.846	2%	-
Hardware	567	309	-	(280)	-	596	3.431	(2.835)	596	20%	-
Móveis, máquinas e utensílios	2.192	1.233	(63)	(430)	-	2.932	5.514	(2.582)	2.932	10%	-
Veículos	61	-	-	(54)	-	7	487	(480)	7	20%	-
Equipamentos	545	692	-	(256)	-	981	2.792	(1.811)	981	10%	-
Sistema aplicativo	470	1.075	-	(342)	(168)	1.035	5.181	(4.146)	1.035	20%	-
Outras imobilizações	96	-	-	(34)	-	62	854	(792)	62	20%	-
Total	25.447	3.309	(63)	(2.066)	(168)	26.459	43.917	(17.458)	26.459		

b. Movimentação do intangível

	Movimentação						2018				
	2017	Aquisições	Amortização	Outros/transferências	Custo de aquisição	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais de amortização (%)	2018		
									2018	2017	
Software	10.994	-	(3.197)	-	168	7.965	30.421	(22.456)	7.965	20%	-
Total	10.994	-	(3.197)	-	168	7.965	30.421	(22.456)	7.965		

14 OBRIGAÇÕES A PAGAR

	2018	2017
Fornecedores	6.630	2.067
Provisões a pagar	60	133
Dividendos, bonificações e juros sobre o capital próprio	506	482
Participação nos lucros a pagar	5.224	4.051
Outros pagamentos	44	65
Total passivo circulante	12.464	6.798

15 ENCARGOS TRABALHISTAS

	2018	2017
Férias	5.400	4.528
INSS sobre férias	1.420	1.189
FGTS sobre férias	431	362
Total	7.251	6.079

16 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	2018	2017
Imposto de renda	6.099	14.334
(-) Antecipações de imposto de renda	(6.099)	(14.334)
Contribuição social	5.048	12.179
(-) Antecipações de contribuição social	(5.048)	(12.179)
COFINS	1.006	1.251
PIS	163	203
Total	1.169	1.454

Os valores antecipados de Imposto de Renda e Contribuição Social referentes ao ano - calendário 2018, sendo compensados após conclusão dos trabalhos de entrega da Escrituração Contábil Fiscal (ECF) em julho de 2019.

17 DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS

	2018	2017
a. Operações com resseguradoras:		
Prêmio de resseguro direto	2.894	2.841
Prêmio de resseguro RVNE	531	295
Total	3.425	3.136
b. Corretores de seguros e resseguros:		
Comissões riscos emitidos	3.626	2.012
Comissões a pagar de seguros	2.748	2.330
Comissões riscos emitidos RVNE	2.222	2.036
Redução ao valor recuperável	(100)	(99)
Total	8.496	6.279

18 DEPÓSITOS DE TERCEIROS

	2018	2017
De 1 a 30 dias	6.544	4.826
De 31 a 60 dias	215	309
De 61 a 120 dias	228	19
De 121 a 180 dias	232	486
De 181 a 365 dias	166	58
Superior a 365 dias	288	682
Total	7.673	6.380

c. Movimentação das provisões técnicas de previdência complementar e vida com cobertura por sobrevivência (VGBL)

Provisões técnicas de previdência	2017	Constituição	Reversão	Atualizações	Portabilidade Aceita	Portabilidade Cedida	Resgates	Benefícios	Transferências:	2018
PGBL										
Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC)	722.809	95.761	707	53.910	71.788	(29.458)	(48.887)	-	(2.977)	863.653
Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBc)	7.531	394	(7)	386	-	-	-	(1.107)	2.595	9.792
Provisão Matemática de Despesas Relacionadas (PDR)	1.623	420	(46)	-	-	-	-	1	(1)	1.997
Provisão de Valores a Regularizar (PVR)	258	-	-	-	-	-	-	-	(38)	220
Tradicional										
Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC)	78.898	2.418	(890)	11.922	-	(2.582)	(4.256)	-	(687)	84.824
Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBc)	14.316	1.249	-	1.047	-	-	-	(1.646)	683	15.648
Provisão Matemática de Despesas Relacionadas (PDR)	131	19	(13)	-	-	-	-	-	137	365
Provisão de Valores a Regularizar (PVR)	253	8	(183)	5	-	-	-	-	84	365
Provisão Complementar de Cobertura (PCC)	19.928	-	(3.424)	-	-	-	-	-	16.504	19.928
Provisão de Excedente Financeiro (PEF)	3	-	-	-	-	-	-	-	3	3
Outras provisões	345	117	(97)	36	-	-	-	-	(69)	401
VGBL										
Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC)	118.771	34.740	-	10.891	65.664	(18.636)	(15.098)	-	(287)	196.045
Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBc)	2	-	-	1	-	-	-	(6)	279	276
Provisão de Valores a Regularizar (PVR)	47	-	-	-	-	-	-	-	(40)	7
Provisão Matemática de Despesas Relacionadas (PDR)	60	26	(7)	-	-	-	-	-	-	78
Total	964.975	135.152	(3.967)	78.198	137.452	(50.676)	(68.241)	(2.758)	(474)	1.189.669
Provisões técnicas de previdência	2016	Constituição	Reversão	Atualizações	Portabilidade Aceita	Portabilidade Cedida	Resgates	Benefícios	Transferências:	2017
PGBL										
Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC)	608.493	92.387	(6.412)	67.202	38.127	(21.880)	(46.620)	-	(8.488)	722.809
Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBc)	5.132	418	(820)	415	-	-	-	(5.721)	8.107	7.531
Provisão Matemática de Despesas Relacionadas (PDR)	1.353	270	-	-	-	-	-	-	1.623	1.623
Provisão de Valores a Regularizar (PVR)	239	-	-	-	-	-	-	-	19	258
Tradicional										
Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC)	85.820	2.505	(1.882)	4.105	-	(3.284)	(6.146)	-	(2.220)	78.898
Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBc)	13.495	1.676	(1.844)	215	-	-	-	(1.474)	2.248	14.316
Provisão Matemática de Despesas Relacionadas (PDR)	117	16	(2)	-	-	-	-	-	131	365
Provisão de Valores a Regularizar (PVR)	146	38	-	69	-	-	-	-	253	365
Provisão Complementar de Cobertura (PCC)	15.751	15.466	(11.289)	-	-	-	-	-	19.928	19.928
Provisão de Excedente Financeiro (PEF)	3	-	-	-	-	-	-	-	3	3
Outras provisões	385	138	(220)	42	-	-	-	-	(69)	401
VGBL										
Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC)	67.125	29.110	(1.819)	8.417	27.713	(3.524)	(8.251)	-	-	118.771
Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBc)	36	9	(15)	1	-	-	-	(29)	-	2
Provisão de Valores a Regularizar (PVR)	125	-	-	-	-	-	-	-	(78)	47
Provisão Matemática de Despesas Relacionadas (PDR)	40	25	(5)	-	-	-	-	-	-	60
Total	798.260	142.058	(24.308)	80.466	65.840	(28.688)	(61.017)	(7.224)	(411)	964.975

20 PROVISÕES JUDICIAIS

a. Contingências e depósitos judiciais

Natureza	2017	Principal	Reversão principal	Provisão para contingências		Honorários de sucumbência	Pagamentos	Depósitos judiciais	
				Atualizações	Reversão de atualizações			2018	2017
1 - Fiscal	81.005	3.643	-	5.188	(1.706)	-	-	88.130	69.049
1.1 - COFINS	18.851	-	-	314	(67)	-	-	19.098	14.998
1.2 - COFINS alargamento da base	9.872	-	-	131	(1.474)	-	-	8.529	-
1.3 - INSS	6.853	287	-	250	-	-	-	7.390	8.862
1.4 - IRPJ	1.663	-	-	26	-	-	-	1.919	836
1.5 - PIS alargamento da base	1.306	-	-	256	(165)	-	-	1.167	-
1.6 - CSLL 6%	36.519	-	-	3.841	-	-	-	40.360	40.617
1.7 - INSS-PLR	291	-	-	6	-	-	-	297	-
1.8 - IRRJ lei do bem	2.932	-	-	128	-	-	-	3.060	-
1.9 - CSLL lei do bem	2.316	-	-	102	-	-	-	2.418	-
1.10 - INSS liminar judicial	402	3.201	-	134	-	-	-	3.737	3.736
1.11 - COFINS	-	133	-	-	-	-	-	133	-
1.12 - PIS	-	22	-	-	-	-	-	22	-
2 - Trabalhista	1.046	211	(3.311)	113	(52)	-			

Unimed Seguradora S.A.

CNPJ/MF 92.863.505/0001-06 – Reg. SUSEP 694-7



—☆ continuação	DIRETORIA	ATUÁRIA	CONTADOR			
Helton Freitas Diretor-Presidente	Adelson Severino Chagas Diretor	Agenor Ferreira da Silva Filho Diretor	Luiz Paulo Tostes Coimbra Diretor	Tajamar Custódio Martins Diretor	Lara Cristina da Silva Facchini - Atuária - MIBA - 1118	Vinicius Negrini de Oliveira - CRC: 1SP242483/O-8

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria da **Unimed Seguradora S.A.** ("Companhia"), instituído nos termos da Resolução nº 321/2015, do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, funciona em conformidade com o estatuto social e o seu regimento interno aprovado pela Administração da Companhia. Compete ao Comitê de Auditoria apoiar a Administração da Companhia em suas atribuições de zelar pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos dos auditores independentes e da auditoria interna e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos. A responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP, é da Administração da Companhia. Também é de sua responsabilidade o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e processos utilizados na preparação das demonstrações financeiras, o gerenciamento dos riscos das operações e a implementação e supervisão das atividades de controles internos e compliance. A auditoria independente

é responsável por examinar as demonstrações financeiras e emitir relatório sobre sua adequação, em conformidade com as normas brasileiras de auditoria estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A auditoria interna tem a responsabilidade pela avaliação da eficácia dos controles internos e do gerenciamento de riscos e dos processos que asseguram a aderência às normas e procedimentos estabelecidos pela Administração e às normas legais e regulamentares aplicáveis às atividades da Companhia. O Comitê atua por meio de reuniões e conduz análises a partir de documentos e informações que lhe são submetidas, além de outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta. No cumprimento de suas atribuições, o Comitê participou de reuniões com Contabilidade, Financeiro, Controladoria, área de Tecnologia da Informação, Jurídico, Compliance, Gerenciamento de Riscos e Controles Internos, Emissão e Faturamento, Resseguros, Atuarial, Regulação de Sinistros e auditores internos e externos,

conferindo, por meio de diferentes fontes e análise de relatórios, as informações sobre os assuntos considerados relevantes. Os trabalhos realizados pela auditoria interna e pela auditoria externa não apontaram falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que pudessem influir ou comprometer as informações constantes das demonstrações financeiras. Com base nas informações recebidas e nas observações efetuadas, o Comitê não tomou conhecimento de qualquer evento significativo ou denúncia de descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão da Administração, indicativo de fraudes, falhas ou erros que possam colocar em risco a continuidade da Companhia ou a fidedignidade das demonstrações financeiras. O Comitê entende que o sistema de controles internos da Unimed Seguros S.A. é adequado ao porte e complexidade de seus negócios e avalia como efetiva a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna e pela KPMG Auditores Independentes. O Comitê mantém com os auditores independentes canais regulares de comunicação, tendo avaliado, revisado o plano anual de trabalho e acompanhado os trabalhos realizados e seus resultados.

O Comitê também avalia a aderência dos auditores independentes às políticas e normas que tratam da manutenção e do monitoramento da objetividade e independência com que essas atividades devem ser exercidas, tendo debatido com os auditores independentes e com a Administração as práticas contábeis relevantes utilizadas. Cumpridas as suas atribuições, na forma anteriormente descrita, o Comitê de Auditoria é de opinião que as demonstrações financeiras da Unimed Seguradora S.A. correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, devidamente auditadas pela KPMG Auditores Independentes, estão em condições de serem aprovadas pelo Conselho de Administração da Unimed Seguradora S.A.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2019

Marcos Valério Coordenador	Comitê de Auditoria Luiz Roberto Cafarella	Fernando Ramos
--------------------------------------	---	-----------------------

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Aos Conselheiros e Diretores da: **Unimed Seguradora S.A.** - São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Unimed Seguradora S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Unimed Seguradora S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e o relatório dos auditores:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de

conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante,

independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; - Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à

capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança da Companhia a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2019

KPMG KPMG Auditores Independentes CRC 2SP014428/O-6	Érika Carvalho Ramos Contadora - CRC 1SP224130/O-0
--	--

PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES

Ao Conselheiros e Diretores da: **Unimed Seguradora S.A.** - São Paulo - SP. Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção da Unimed Seguradora S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2018, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. **Responsabilidade da Administração:** A Administração é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos atuários independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção estão livres de distorção relevante. Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos

demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere às condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção da Companhia para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Unimed Seguradora S.A. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção acima referidos da Unimed Seguradora S.A. em 31 de dezembro de 2018 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. **Outros assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em

nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à Susep por meio dos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2019

KPMG KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda. CIBA 48 CNPJ: 02.668.801/0001-55 Rua Arq. Olavo Redig de Campos, 105, 11º Andar, Edifício EZ Towers, Torre A 04711-904 - São Paulo - SP - Brasil	Anexo I Unimed Seguradora S.A. (Em milhares de Reais)
--	---

1. Provisões Técnicas, ativos de resseguro e créditos com resseguradores	31/12/2018
Total de provisões técnicas	1.313.782
Total de provisões técnicas auditadas	1.313.782
Total de ativos de resseguro	3.107
Total de créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros	2.581

2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas auditadas	31/12/2018
Provisões Técnicas auditadas (a)	1.313.782
Valores redutores auditados (b)	5.507
Total a ser coberto (a-b)	1.308.275
3. Demonstrativo do Capital Mínimo	31/12/2018
Capital-Base (a)	15.000
Capital de Risco (CR) (b)	135.662
Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)	135.662
4. Demonstrativo da Solvência	31/12/2018
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	334.538
Exigência de Capital (CMR) (b)	135.662
Suficiência/(Insuficiência) do PLA (c = a - b)	198.876
Ativos Garantidores (d)	1.397.257
Total a ser Coberto (e)	1.308.275
Suficiência/(Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d - e)	88.982
Ativos Líquidos (g)	88.982
Capital de Risco (CR) (h)	135.662
Índice de Liquidez em relação ao CR % (*) (g / h)	65,6%

(*) O índice de liquidez em relação ao Capital de Risco requerido pela Resolução CNSP nº 321/2015 e modificações é de, no mínimo, 20%.

5. Demonstrativo dos limites de retenção (Ramos SUSEP)	31/12/2018
0929, 0969, 0977, 0982, 0987, 0990, 0993, 1061, 1198	8.283